

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.480 - MG (2019/0235451-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **PLENA TRANSPORTES E TURISMO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **RONALDO MARIANI BITTENCOURT - MG053508**  
: **DENIO MOREIRA DE CARVALHO JR - MG041796**  
: **LUCAS NUNES GUIMARAES - MG106934**  
**AGRAVADO** : **ROSILENE MIRTES MARQUES**  
**ADVOGADO** : **SIMONE MARIA DA CRUZ BOTELHO - MG129186**  
**INTERES.** : **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**  
**ADVOGADOS** : **BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948**  
: **GRACIELLE AUXILIADORA DOS SANTOS COLEN -**  
: **MG140335**  
**INTERES.** : **CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE**  
: **PASSEGEIROS POR ONIBUS DO MUNICIPIO DE BELO**  
: **HORIZONTE**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s):

i) aplicação do art. 1.040, I, do CPC/2015, tendo em vista o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.114.398/PR (Tema 440);

ii) incidência da Súmula 7 do STJ;

iii) falta de similitude fática no dissídio jurisprudencial referente aos danos morais;

iv) ausência de indicação do dispositivo legal no dissídio jurisprudencial relativo aos juros de mora.

Entretanto, a parte agravante, a par de reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos referidos óbices.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos

# *Superior Tribunal de Justiça*

da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 500,00 (e-STJ fl. 406) para R\$ 1.000,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora